

CONSTRUÇÃO DE PAPÉIS E DE IDENTIDADES FEMININAS:
FAMÍLIA, ESCOLA E MEMÓRIAS, 1920-1940

*Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti**
Vanessa.cavalcanti@uol.com.br

RESUMO: Enveredar pelo universo feminino católico entre as décadas de 1920 e 1940 é o objetivo deste artigo, que descortina as representações de mulheres a partir de suas memórias e egodocumentos. A análise de uma instituição de ensino confessional proporciona matizes da vida cotidiana e da identidade construída socialmente, revelando o cumprimento de papéis funcionais e de modelos a serem seguidos como exemplo de família, valores e qualificação.

PALAVRAS-CHAVE: História, memória, mulheres, família.

As minhas lembranças não datam de tão longe. São velhas, porém, são velhíssimas, dirão as pessoas de hoje. Concordo que o sejam. Parecem-me, por vezes, de ontem, tão frescas, vivas e buliçosas se conservaram, imorredouramente, em mim. Tenho por elas o carinho emocionado da criança pelos seus bonecos. São os brinquedos da minha saudade. O meu velho Sion. Não sei se todas o verão como eu o via. Sei, porém, quando, no desencanto e na experiência da minha maturidade, uma onda maior de ceticismo e de amargor ameaça submergir-me toda crença e toda esperança, é para a capelinha deste passado Sion, agora mudado, transformado, engrandecido e modernizado, que, insensivelmente, me volto. Um perfume de incenso erra no ar, as flores do altar se esbatem numa penumbra cheia de unção, no alto, a Virgem de Sion apruma o vulto claro sobre as procelas do mundo. IN SION FIRMATA SUM. Crer. Esperar. Amar. Foi de ontem. É de hoje ainda. Será de sempre. (CELSE, 1929, p. 100-101)

Essas invocações que parecem recentes pertencem, de fato, a tempos muito velhos. Lembranças de dias antigos se misturam inapelavelmente

Professora da Universidade Católica de Salvador.

aos acontecimentos de ontem, de hoje, até mesmo aos de amanhã. Que tempos são esses, os tempos da memória?

Nas reminiscências de Maria Eugênia Celso fazem-se presentes tempos de melancolia, outros de promessas que não se cumpriram, assim como se revelam ainda duradouros os laços de uma relação familiar intensa, criada entre os membros do Colégio Sion, em São Paulo. Tudo parece interligar múltiplas temporalidades: passado, presente e futuro. A representação individual se ancora em construções de uma memória mais ampla, expressas pelas meninas que freqüentaram aquele ambiente educacional e, posteriormente, retornam no imaginário com lembranças saudosas – “os brinquedos da minha saudade” – dos tempos passados, povoados da cumplicidade, das relações imbricadas a cada instante dentro daquele universo.

A autora tece a urdidura da memória e carrega-a de condicionais, de tempos pretéritos que se entrelaçam, confusa ainda sobre seu papel naquele mundo novo que se descortinava através dos ensinamentos cristãos, do perfume de santidade que envolve a Virgem Maria, modelo de mãe, de mulher, de fé e de resignação para as jovens. A fé (“crer”), a esperança (“esperar”) e o “amor”, traduzido pela caridade, têm a eternidade sacralizada do dogma: “Foi ontem. É de hoje ainda. Será de sempre”, numa certeza feita de esperanças de que o mundo fora do Colégio será tão aninhador e tão disciplinado como o recôndito silêncio da “capelinha” do “velho Sion”. A experiência feminina que mal começa a se constituir através de furtivos clarões naquele claustro de saber escolástico é prenhe de questionamentos.

Ao selecionar e recuperar algumas memórias e tentar apreender instantes de tempos vividos nos interiores do Sion, captando o evento, fundindo os horizontes (meu e das memorialistas), numa experiência hermenêutica de reconstrução histórica, valho-me de referenciais metodológicos de amplo espectro, uma vez que a própria temática assim o exige. Sem delimitações por essa ou aquela tendência historiográfica, acolho idéias, assim como colho lembranças, utilizando os métodos mais compatíveis com as fontes que se entrelaçam neste estudo.

Num contexto em que a educação mostra-se como uma forma de distinção ou meio de ascensão social, um dos instrumentos privilegiados que utilizo para dialogar com as representações é a memória, “propriedade de conservar certas informações” (LE GOFF, 1984, p. 11). Lembrar direciona o olhar, o sentimento, a razão, além de ser responsável pela atualização de experiências vividas, de impressões, de informações passa-

das. Talvez aqui resida, segundo Pierre Nora, o fundamento da oposição entre história e memória:

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta e a torna sempre prosaica. (NORA, 1993, p. 9)

Recobrando as memórias, as personagens sionenses preservaram os “restos selecionados” de um passado vivenciado, emprestaram valor a fatos que em outro contexto seriam meros acontecimentos triviais, reconstruíram momentos que marcaram vidas e escutaram os sons que povoaram os silêncios do senhorial casarão da Avenida Higienópolis. Nesse quase um século de atividades e benfeitorias oferecidas pelas religiosas à comunidade paulistana, é possível descortinar a própria urdidura da história movediça da cidade em um momento de tensões sociais. A mesma cidade – espaço de valores e posturas mais burguesas – que separou ideologicamente os papéis sociais em apropriadamente masculinos e femininos prescreveu deveres às mulheres, de modo a confiná-las em esferas específicas de atuação conveniente: o lar, a família.

As lembranças, femininas ou masculinas, que, no crivo do sujeito memorizador, mereceram ser preservadas são, antes de mais nada, vivências selecionadas, ou seja, uma escolha pessoal do que vai ser lembrado e esquecido. Conforme Moses Finley, preservar e transmitir lembranças não é um ato “espontâneo e inconsciente, e sim deliberado, com a intenção de servir a um fim conhecido pelo homem que o executa”. O resgate da memória trabalha com as possibilidades de que os dados “individuais da tradição eram confundidos, modificados e, às vezes, inventados [...]”. E, quando a tradição é inteiramente oral, torna-se bem mais simples confundir e falsificar. Na realidade, isso é inevitável” (FINLEY, 1989, p. 21-23; THOMPSON, 2002).

Vanessa Ribeiro Simon Cavalcant: Construção de papéis e de identidades femininas:...

A memória é saturada de construções imaginárias e de projeções de “ego” (DEKKER, 1989; DUBY, 2003; PERROT, 1993; HOBBSAWM, 2005), que na maioria das vezes não se coadunam com a “veracidade” dos fatos, embora postule um compromisso com o que de fato aconteceu.

Lembrar implica um duplo movimento de

acionar a memória para recapturar o passado e [de] selecionar os eventos vividos. [...] Além disso, o ato pessoal de pensar o passado – de contar uma vida – está enganchado na trama coletiva da existência social. E a memória pessoal transforma-se em fonte histórica justamente porque o indivíduo está impregnado de elementos que ultrapassam os limites de seu próprio corpo e que dizem respeito aos conteúdos comuns dos grupos ao qual pertence ou pertenceu. (MALUF, 1995, p. 82)

A história se faz nas múltiplas temporalidades e nas realizações da liberdade humana. O tempo histórico ajuda a valorização do presente.

Comecei a sentir com maior agudeza, quase dolorosa, a individualidade de cada tempo que me fazia sentir o que chamo de “nostalgia prévia” de cada fragmento do tempo. Sentia com força a evidência de que, ainda que tudo continuasse ou se repetisse quase sem variação, aquele tempo preciso que ali estava passaria e não voltaria: poderia ser talvez muito semelhante, mas seria outro. (MARIAS AGUILERA, 1988, p. 217)

A questão da reconstrução de outros tempos através da memória – no caso específico, lembranças de mulheres paulistanas durante as primeiras décadas do século XX – remete, necessariamente, às reflexões de Maurice Halbwachs sobre as relações entre memória individual e memória coletiva. A memória individual “é uma condição necessária e não suficiente do ato de lembrar”, daí a necessidade de reatar os fios que tecem os intercâmbios e nexos entre o que parece ser de foro pessoal, particular e aquilo que é claramente de cunho coletivo.

Porque se a primeira lembrança foi suprimida, se não nos é mais possível encontrá-la, é porque, desde muito tempo, não fazíamos mais parte do grupo em cuja memória ela se conservava. Para que nossa memória se auxilie com a dos outros, não basta que eles nos tragam seus depoimentos: é necessário ainda que ela não tenha cessado de concordar com suas memórias e que haja bastantes pontos de contato entre uma e as outras para que a lembrança que nos recordam possa ser reconstruída sobre um fundamento comum [...] É necessário que esta recordação se

opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontrem tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade. (HALBWACHS, 1990, p. 34)

Ao seleccionar memórias femininas, não estou delimitando o tema apenas por um enfoque de gênero. James Fentress indicou uma trilha para esse percurso, considerando que as mulheres “tem voz própria e é freqüente verem-se enredadas pelo facto de os principais estilos narrativos que conhecem para comemorar o passado se aplicarem a actividades masculinas”. Acrescenta que, ao contar histórias/memórias, as mulheres enfatizam muito os aspectos da vida doméstica e familiar, pois cabe a elas a “responsabilidade de encapsular (purificar, moralizar) os registros da experiência passada para as crianças, como parte do processo de sociabilização” (FENTRESS & WICKHAM, 1994, p. 171-175).

No corpo documental pesquisado, manifesta-se a preocupação com o lembrar, tornar presentes os momentos que evidenciaram as experiências cotidianas daquelas moças. Resguardadas pelos muros de pedra do colégio, elas preparavam-se para a vida iniciando-se no desempenho dos papéis sociais a elas destinados. Trocavam confidências menineiras com suas iguais, armazenavam no baú das recordações os fatos que, assumindo as cores de um passado feliz e descompromissado, seriam muitas vezes transmitidos às suas filhas e netas. Reviviam-no como a juventude perdida, numa época em que as tranças infantis eram substituídas pelo outono nos cabelos e nas almas. A segurança do Colégio fora trocada pelas incertezas do mundo “moderno”, modo como as meninas se referiam aos novos tempos (algumas indicações de um movimento feminista e mais de vanguarda em relação à moda e às idéias que chegavam da Europa e dos Estados Unidos).

Maria Eugenia Celso, ao regressar ao “velho Sion”, afirma não saber “se todas o verão como eu via”, indicando um certo saudosismo e a possível dúvida com relação aos ensinamentos apreendidos.

Um outro aspecto da memória coletiva desse grupo é o fato de, regularmente, utilizarem o plural para fazerem referências ao passado comum – “O nosso coração se enche de entusiasmo e alegria” e ao “tempo feliz de nossa adolescência estudiosa” –, como se isto justificasse a aplicação de normas, de costumes, do dever ser homogeneizador para essas mulheres em formação. Vitória Helena de C. Ramos, antiga aluna, me permite adentrar nos tempos colegiais:

Vanessa Ribeiro Simon Cavalcant: Construção de papéis e de identidades femininas:...

Preciosas horas felizes. O nosso coração se enche de entusiasmo e de alegria, na certeza de que em breve, terminado o nosso curso, na dispersão inevitável de colegas que cresceram, estudaram, e viveram juntas tantos anos, a amizade dos bancos do colégio há de perdurar e iluminar a nossa estrada. [Ao encerrar, recomenda às parceiras:] guardaremos, como as antigas, recordação indelével do tempo feliz de nossa adolescência estudiosa; assim, traremos um dia as nossas filhas, para continuarem a cadeia ininterrupta, que liga a Sion cinquenta gerações de brasileiras. (RAMOS, 1929, p. 134)

Para criar essa idéia de continuidade – “cadeia ininterrupta” – e perseverança das ideologias vigentes (ou que se queriam implantar), era necessário construir aparatos disciplinares que visavam “não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição”, mas a formação de uma relação de obediência. O ambiente escolar é um dos espaços privilegiados onde a disciplina encontra lugar fértil para o seu desenvolvimento. Como exemplo, está a própria educação cristã, repleta de regulamentos, inspeções e vigilâncias elaboradas para serem divulgadas dentro das “cercas” dos colégios e dos conventos, “lugares determinados que se definem para satisfazer não só à necessidade de vigiar, de romper as comunicações perigosas, mas também de criar um espaço útil” (FOUCAULT, 2005, p. 126-128).

As questões de ordem, disciplina e higiene estavam presentes já no momento da admissão das alunas nos cursos ginásianos, quando então se ditavam regras a serem obedecidas. No Regimento Interno aparece a efetivação desses ideais:

O Colégio admite alunas internas e semi-internas. Não recebe:

- a) portadoras de moléstias contagiosas ou infecto-contagiosas.
- b) alunas que necessitam de tratamentos especiais em consultórios médicos ou dentários que obriguem a saídas freqüentes ou prolongadas que prejudiquem os estudos.

Quanto à disciplina, observam-se as seguintes prescrições:

A Diretoria e os Professores envidam esforços para que no Estabelecimento reine boa disciplina, condição indispensável para o desenvolvimento moral e intelectual das alunas. Esta disciplina será sempre revestida de carinho, levando as educandas ao cumprimento do dever pela persuasão. Para o bom êxito dos seus esforços a Diretoria procura obter uma intensa e inteligente colaboração com os Srs. Pais. (Regimento Interno, 9 de novembro de 1940, fls. 1-2)

Era importante estabelecer as presenças e as ausências, “saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou os méritos” (FOUCAULT, 2005, p. 126). Não é por acaso que, nas horas livres, as alunas de Sion estivessem sempre sob os olhares vigilantes e atentos das religiosas.

Era o sistema pedagógico criador de uma mentalidade nova, misto de disciplina e de afeto, tão absolutamente oportuno à nossa desordenada imprevidência e à prodigalidade excessiva de confiança de um povo jovem, a maneira direta de falar aos corações, de abri-los, de conhecê-los, de, principalmente, neles inocular os princípios das virtudes imprescindíveis. (GONÇALVES, 1929, p. 152)

Contudo, os tempos de disciplinar/docilizar as mentes e os corpos femininos não se restringiam aos momentos de lazer quando os movimentos e ações, aparentemente, estavam livres. O dia, as horas, os minutos estavam organizados de maneira a manter a ordem e a disciplina. Desse modo, as normas da Igreja (que asseguravam a formação das “mulheres católicas” e das “boas cidadãs”) estariam em vigor continuamente:

O sino supria o relógio. Era pela sua advertência que, automaticamente, se regulava o mecanismo do Colégio: aulas, recreios, estudos, preces, refeições. Havia momentos em que a gente lhe odiava a injunção, outros, em que o seu bater representava uma libertação, ansiosamente, esperada. (CELSE, 1929, p. 124)

A disciplina, a ordem e o tempo eram severamente vigiados e demonstravam a linha pedagógica adotada. Tal idéia pode ser retomada quando se observam as fotos do Colégio e a arrumação das estudantes. Afinal, a arte de dispor em fila dá início, já no século XVIII, à delimitação de espaços e às demarcações dos papéis inerentes a cada indivíduo dentro dos ambientes escolares:

Filas de alunos na sala, nos corredores, nos pátios; colocação atribuída a cada um em relação a cada tarefa e cada prova; colocação que ele obtém, de ano em ano; alinhamento das classes de idade umas depois das outras; sucessão dos assuntos ensinados, das questões tratadas seguindo uma ordem de dificuldade crescente. (FOUCAULT, 2005, p. 134)

Os dados apresentados por Foucault, para o estudo de instituições do século XVIII, apontam alguns elementos ainda vivos nas memórias das

enfants de Sion, como é o caso de Lavinia Camargo, ex-aluna da turma iniciada em 1929, que, no seu depoimento concedido em 1995, relata:

Ao acordar, tínhamos uma série de obrigações e às 7:30 h deveríamos estar em fila na entrada do grandioso refeitório para a inspeção matinal. Era nessa hora que se observava, atentamente, a higiene, o asseio, o esmero dos uniformes e a ordem das meninas [...] as que cumpriam suas obrigações, sempre eram mencionadas com distinção, servindo de exemplo às desordeiras e indisciplinadas.

Estar “em fila” para a “inspeção matinal” remete à idéia desenvolvida por Foucault, que vê nessa regra disciplinar uma forma de organizar o múltiplo, isto é, um instrumento eficaz que permite dominá-lo. Nos diversos depoimentos e narrativas que compõem o universo das mulheres educadas no Sion, as reminiscências da ordem, das filas e das inspeções deixam claro o ideal introjetado da vigilância disciplinar. Para se criar a “cadeia ininterrupta”, abarcando “gerações de brasileiras”, era fundamental estabelecer, além de normas, modelos comportamentais.

A prática educacional de caráter religioso esmerava-se tanto nas regras quanto nas punições e na vigilância em todos os ambientes escolares: desde as salas de aula até os refeitórios, pátios e dormitórios. Essa ordenação das meninas mostrava-se eficaz na constituição de escolares distinguidos.

Nas instituições religiosas femininas, escreveu Etelvina Trindade, o ensino se encontra permeado pela doutrina cristã, expressa nas práticas do dia-a-dia:

[...] a oração freqüente, antes ou depois de cada ato escolar, consubstanciada em fórmulas, jaculatórias e ladainhas; a preparação rigorosa para a Primeira Comunhão solene e o ato de confissão; os retiros espirituais periódicos, onde as participantes são convidadas a inspecionarem com todo o rigor a própria vida. É uma pedagogia da proibição e da punição. (TRINDADE, 1990, p. 23)

Até a década de 1920-1930, quando a preocupação passou a ser a “educação para todos”, a escola fazia parte de um quadro de privilégios e de *status* para aqueles que podiam usufruir dela. Significava não só o local do saber, como também o *locus* de formação cultural, científica e moral. O período em apreço assinala a constituição de um processo histórico de delimitações e de formulação de projetos no campo sociocultural, em particular no sistema educacional e médico-sanitarista, com a

finalidade de acelerar o processo de produção da consciência pedagógica nacional e, nele, a constituição de uma ideologia educacional no país.

Foi uma época de articulações dos diversos setores sociais para a superação da crise da economia agroexportadora, além das contradições particulares da industrialização nacional e das campanhas do Estado para promover a consolidação do sistema capitalista. Compreende-se nessa fase a afirmação dos matizes sociais advindos do período anterior: concentração de riquezas, poderes e prestígio social destinados a camadas dominantes. Insere-se nesse quadro a proposição de que era necessário impor limites e “instruir” as classes dominantes para que pudessem administrar a nova ordem social que se configurava.

Outra idéia era a de que o sistema educacional mostrava-se como uma possibilidade de romper com os obstáculos ao desenvolvimento econômico e social do país, pois a escola atendia aos propósitos de progresso individual e de mobilidade social (distinção), representados nos ideais escolanovistas. No entanto, as modificações demonstraram uma maneira de direcionar as insatisfações sociais, levando em conta que expandir as oportunidades educacionais ou reformar as instituições escolares representava um custo menor que alterar a distribuição de renda e as relações de poder. A pedagogia da Escola Nova apontava, nesse sentido, para a realização dos objetivos das classes dominantes, além de atender aos anseios das camadas intermediárias e inferiores. Sob a influência do pensamento liberal de John Dewey, a proposta escolanovista funcionava como um instrumento privilegiado de mediação política.

Os debates acontecidos entre os anos 20 e 30 contaram com a participação de diversos segmentos sociais, dentre eles os adeptos de idéias revolucionárias, reformistas ou reacionárias. O ponto de convergência entre esses elementos era a promoção urgencial da reconstrução do país através da escola, e os planos inovadores configuravam a vontade de “republicanizar a República” (NAGLE, 1976) – entendida como modos de adequação/adaptação da sociedade brasileira aos novos moldes socioculturais. Somente após 1920 é que alguns focos reformistas, em âmbito estadual, foram postos em prática.

O soerguimento moral da nação brasileira deveria se dar através da educação, pois “a ignorância reinante [era] a causa de todas as crises; a educação do povo [era] a base da organização social”. E somente tendo como premissa esse projeto educacional é que o homem e a mulher brasileiros seriam recuperados e, conseqüentemente, assumiriam a sua função social,

caracterizando-se como elementos “regeneradores de toda a sociedade” (NAGLE, 1988, p. 263).

Retomo os pressupostos assinalados no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, texto que reflete o pensamento liberal da Escola Nova:

A educação não se faz somente pela escola, cuja ação é favorecida ou contrariada, ampliada ou reduzida pelo jogo de forças inumeráveis que concorrem ao movimento das sociedades modernas [...] Há a herança que é a escola da espécie; a família que é a escola dos pais; o ambiente social que é a escola da comunidade, e a maior de todas as escolas, a vida, com todos os seus imponderáveis e forças incalculáveis. (AZEVEDO, 1932, p. 40)

As expressões pedagógicas e os inflamados embates educacionais que se travam no período demonstram a importância da educação para o desenvolvimento moral do país. Nesse contexto, a Igreja Católica encerrava-se também num processo de rearticulações internas, uma vez que se apresentava a urgência de mobilização de seus representantes para a “cruzada vencedora” que impediria o país de continuar na “ignorância religiosa”.

Por conseguinte, formar cidadãos católicos, em especial “mulheres católicas” – sinônimo da mulher brasileira ideal –, tornava-se um elemento crucial aos propósitos ideológicos da Igreja e do Estado. Essa visão pode ser detectada nas cartas eclesiais de D. Sebastião Leme, na Carta Pastoral de 1916, que, segundo Dória (1919, p. 258), informa a necessidade de

transformar a maioria nominal [de católicos] em força influente nos destinos do País, por meio da difusão da verdadeira instrução religiosa e do desenvolvimento da ação social católica, de modo a formar uma cruzada vencedora contra a descrença que assola e devasta a organização da Pátria.

Sampaio Dória compartilha das opiniões elencadas por D. Sebastião Leme, afirmando que o Brasil, “na opulência de seus tesouros e de sua gente de valor racial, requerem da escola, e dela esperam, o aparelhamento das gerações novas para as virtudes democráticas” (DÓRIA, 1919, p. 258).

A Igreja articula, através dos discursos de seus integrantes, os meios pelos quais se apresentará como instrumento relevante para o soerguimento nacional. Apesar de a separação entre Igreja e Estado ter sido definida legalmente pela Constituição de 1891, ambos caminham juntos na modelagem e no processo de sedimentação das regras impostas pelas novas circunstâncias sociais. Talvez este seja um ponto até então não

definido, pois é nesse momento que se acirram os combates para a inclusão do ensino religioso no setor público. Ademais, note-se que é também nesse período que a “cristianização da inteligência brasileira”, consoante D. Sebastião Leme, se torna alvo primordial das atividades da Igreja Católica, destacando-se o aparecimento da revista *A Ordem*, assim como de outras publicações e congressos realizados para esse fim. Uma das maneiras encontradas pela Igreja para cumprir seus propósitos é abrir novos terrenos apropriados para a cristianização, e, para isso, as congregações, especialmente as atentas à educação do sexo feminino, recebem aval para penetrar nas grandes cidades brasileiras e impor normas e perfis para as mulheres que serão mais tarde promotoras dos ideais e das virtudes católicas. Nesse sentido, a educação para moças começava a “adquirir um significado e importância maiores, e as congregações religiosas, neste aspecto, ocuparam papel relevante, entre elas, as de origem francesa” – palavras proferidas pelo secretário de Estado da Cultura, Jorge da Cunha Lima, a propósito do tombamento do Colégio Sion, em novembro de 1986.

A preocupação e o compromisso do fazer história sugerem que “nada do que aconteceu deve ser perdido para a história [...] só à humanidade redimida o passado pertence inteiramente” (BENJAMIN, 1993, p. 223). Portanto, este texto está orientado pela idéia de resgatar as memórias femininas que se alojaram, ou pelo menos estiveram vinculadas a uma instituição religiosa de ensino: o Colégio Nossa Senhora de Sion, fundado por uma congregação francesa, além de traçar os matizes das mulheres das elites do período em questão.

A escolha do tradicional colégio paulistano é explicada por sua progressiva secularização, por ter sido responsável pela formação e orientação de tantas jovens, não só da cidade de São Paulo, como de muitas vindas do interior do Estado, ou até mesmo de outros estados próximos.

Os anseios e os objetivos da Congregação relacionados com a educação feminina podem ser extraídos dos textos de Claude Mondésert, datados de 1956. Esses textos enfocavam as obras realizadas pelas religiosas e procuravam denotar os caminhos destinados às “mulheres católicas”, sem deixar de ocupar-se da instrução das *enfants* para os intentos e obras da cristandade. As religiosas de Sion

consagram-se a diversas obras e particularmente à educação e à instrução de meninas, quer nos países antigos da Europa, onde a situação de ensino livre, às vezes complexa, não diminui em nada a fecundidade, a utilidade e até a urgente necessidade das escolas cristãs; quer, sobretudo, nos países novos, onde se verifica que esse trabalho é indispensável e fundamental

para a consolidação de uma cristandade mais recente. (MONDÉSERT, 1956, p. 61)

Nesse trecho, enuncia-se o momento exato para a estabilização da cristandade nos “países novos”, em caráter de “urgente necessidade”, pois, neles, a sociedade ainda não se apresenta totalmente configurada. Com isso, a introdução de normas e de valores cristãos poderia encontrar terreno fértil e de rápida assimilação, estabelecendo os papéis funcionais para que cada indivíduo se enquadrasse na noção de “operosidade” tão difundida pelos modelos e prescrições católicas.

Ademais, o processo civilizador cristão visava o alargamento e a sedimentação dos princípios que, até meados do século XIX, não haviam sido explorados no Brasil de forma tão veemente. Com esse intuito é que a Congregação Sionense inclui-se na campanha de modelar/civilizar as sociedades “inacabadas”, “onde se verifica que esse trabalho é indispensável”.

Uma consolidação provisória delineava o processo vivenciado pela sociedade brasileira e, por essa razão, as religiosas se empenharam em introduzir os fundamentos da “regeneração” do país e da fé católica. Portanto, a relevância do colégio – e de sua pedagogia – afinava-se em inúmeros pontos com o projeto civilizador proposto pelos intelectuais da Escola Nova. O relatório do inspetor federal Arlindo Drummond Costa enfatizava a importância da instituição na vida paulistana e sua responsabilidade pelos resultados que poderiam ser atingidos através da educação cristã:

As dignas religiosas dirigentes deste estabelecimento de ensino – que tanto honra as forais da cultura patricia – tornaram-no um verdadeiro santuário da operosidade educativa. Eis porque, professor há quinze anos, espontânea e prazerosamente, aqui deixo os meus merecidos aplausos à benemérita Diretoria e a digna Inspetoria do Colégio Notre Dame de Sion – vanguardeiro dos estabelecimentos congêneres femininos. (Livro de Inspeção Federal, 1933, p. 25)

A “operosidade educativa” manifesta no texto denota a função social que o Colégio Sion deveria se empenhar em alcançar: ser um “vanguardeiro”, assegurar a formação das mulheres para cumprir, perfeitamente, o papel de “esposas e mães católicas”, responsáveis pela primeira educação de seus filhos. Esse caráter promotor das práticas femininas era tido como sustentáculo do labor católico na consolidação do civismo e das virtudes prescritivas, veiculadas para a mulher brasileira e, especialmente, para a paulista. Em entrevista, a ex-aluna Lavínia Camargo declara:

A mulher instruída com solidez não poderia ser um peso para o seu marido ou pai, um fardo para a sociedade; mas, sim, um braço forte que lutava com dignidade e altivez para a felicidade da família e para orgulho da Pátria. [...] Alguém dizia que instruir a mulher é preparar as gerações do futuro [...] porque é justamente pela instrução da mulher que se começava a do homem [...].

De acordo com Maria Odila Leite da Silva Dias (1995, p. 24), o surgimento de colégios como os confessionais “contribuiu para difundir, tanto através dos livros escolares como das lições de etiqueta, a adoção de novos costumes, entre os quais a idéia da mulher rainha do lar e totalmente dedicada aos filhos”. Tal tarefa foi secundada pelas revistas femininas que se incumbiram de receitar as melhores regras para as mulheres cumprirem seu destino doméstico.

A instrução recebida, portanto, animava as mulheres em suas funções de espelhar “dignidade e altivez” não só em relação à família, como também ao seu país. Sua “vida-missão” estava definida: cabia a ela a formação das gerações posteriores e por esse motivo deveria empenhar-se em sua própria preparação. Esse ideal já era proclamado no século XIX em algumas revistas. Assim escreveu uma colaboradora de *A Mensageira* (30 nov. 1897, p. 49):

Não basta que compreendamos a utilidade e os atractivos do espírito cultivado, é mister que façamos de nossa parte o maior esforço possível, procurando instruir-nos e desenvolver-nos a bem da pátria e da família. Quanto mais illustrada e intelligente for uma mulher, tanto mais zelosa e cumpridora de seus deveres será.

Ao lado da idéia de “vida-missão”, corre a noção de “pertencer a”, ou seja, de que a moça educada em um colégio congregacional faz parte de um grupo privilegiado de pessoas, encarregadas da transmissão e preservação de valores, crenças, regras e até mesmo de uma certa cumplicidade juvenil. Como fio colorido, retece as memórias, dando a elas uma semelhança de colcha de retalhos – são momentos gravados no tempo que cumpre preservar do desgaste que o mundo fatalmente lhes imporá. É assim como se as “classes multicores” fossem confrarias de jovens, formadas pelos mesmos padrões, vivenciando as mesmas ansiedades, trocando experiências e segredos que as irmanavam para sempre.

Em um trecho do *Caderno de poesias*, datado de 1942, a ex-aluna Benedita Mendes Vieira, menciona um almoço ocorrido no aniversário da

formatura da Classe Multicor de 1927 – a seriação do Colégio Sion estava nomeada por cores, e a classe referida correspondia ao último ano do ginásio. Nesse informe, a autora elenca saudosamente todas as convidadas presentes à reunião: Alices, Lúcias, Edites, Lauras, Camilas, entre tantas outras, que “não pôde, por deficiência de espaço, mencionar”, fazem parte dessa imagem produzida num momento de “belas recordações”:

Dia de história inesquecível! História bonita para contar à lareira, quando caírem sobre as meninas de Sion de hoje, as primeiras geadas do inverno. Quando saí, à luz doirada da tarde, pareceu-me notar que na fronteira do colégio, em seu nicho de pedra, morena pelo tempo, N. S. de Sion sorria satisfeita por ver de volta ao ninho antigo, como andorinhas aos beirais, tantas “florinhas” que o vento forte da vida soprara para longe! (VIEIRA, 1942)

A função de transmitir experiências felizes está introjetada, indicando um acolhimento de um dos papéis que cabia à mulher – propagadora da missão católica e provedora do núcleo fundamental da vida feminina: a família, unidade sacralizada pela Igreja Católica. Apesar de muitas vezes afastada da grande família sionense pelo “vento forte da vida”, suas filhas retornavam “ao ninho antigo” nos momentos de aflição e de alegrias para renovar ou firmar as normas por tantos anos ensinadas.

A proposta de manter a identidade das alunas através de suas reminiscências é demonstrada pela preocupação de mantê-las sem que mudanças de qualquer tipo pudessem abalar seus sólidos referenciais. Isto pode ser percebido nas interlocuções entre as meninas, principalmente nas deixadas sob a forma de cartas e diários dos tempos escolares. Descrevem “os dias saudosos vividos sob o teto acolhedor de Sion”, em carta pessoal de Benedita Mendes Vieira a Camilla Barbosa de Oliveira, datada de 20 de janeiro de 1942 (Manuscrito, Arquivo do Colégio Sion). O Colégio é aclamado como espaço de segurança, local de proteção e refúgio dos males que afligem o “mundo moderno”. Afinal, era necessário manter “o verdadeiro alento na formação da Congregação das Mães Cristãs, regeneradoras da família católica”, além do empenho e dedicação assíduos para “cultivar as almas e os corações das moças, reunidas na Congregação das Filhas de Maria” (NATUZZI, 1929, p. 45).

Numa “carta aberta” dirigida a Camilla Barbosa de Oliveira, Benedita Mendes Vieira, elogiando o discurso proferido por “Camillota”, por ocasião do centenário do aparecimento da Virgem Maria ao fundador da Congregação Sionense, relembra as frases pontuais da fala da colega:

Um folhear de páginas ressumadas de saudades no livro de nossa lembrança e uma saudade das saudades que tivemos. Dizeis bem: haverá cousa mais gostosa que relembrar? Abrigadas à sombra dessa árvore frondosa que brotou, cresceu, floriu e frutificou sob os olhares de Maria, aqui revivemos, por alguns instantes, a nossa meninice despreocupada, fugimos ao torvelhinho da vida atual que muitas vezes nos franze a testa do que nos faz sorrir [...] Tens razão, querida Camillota, recordar é bom! Melhor, porém, é sentir ainda viva a chama do amor sionense, lume que nos aquece e nos aclara a vida, estrela que nos ilumina o caminho da existência [...]. (Carta pessoal de Benedita Mendes Vieira a Camilla Barbosa de Oliveira, São Paulo, 20 de janeiro de 1942)

A recordação vem com toda sutileza explicitar as prescrições, reafirmando os papéis adstritos às mulheres “educadas”. É esse sentido de memória (“estrela que nos ilumina”), entrelaçando as lembranças compartilhadas coletivamente (“lume que nos aquece e nos aclara a vida”) de momentos que se tornam importantes em decorrência de um referencial comum: mesmo sexo, mesma faixa etária, mesma classe e *status*, mesmos objetivos e até as mesmas crenças. Tudo isso tem o poder de “individualizar”, fazendo com que as memórias que são de muitas possam ser tomadas como a memória de cada uma das meninas de Sion. O tempo encarrega-se de fundir recordações, de elidir diferenças, de somar saudades.

Quase sempre elementos ficcionais, profundamente subjetivos, acabam interferindo no processo de formação da memória, fazendo com que personagem/personagem (no sentido de criado/vivido) se confundam e tornem-se um amálgama difícil de ser desconstruído, ou, pelo menos, que se possam vislumbrar seus territórios fronteiriços.

Os eventos que marcaram a participação do corpo docente e discente, as lembranças das antigas alunas, a sede do “saber humanístico” das mulheres de elite, as representações e entraves aportados pela vida social e política da cidade, os dissabores enfrentados com as epidemias e transformações ocorridas no âmbito nacional e citadino, sem abandonar os abalos internacionais, são “reminiscências puras que ficaram a rebrilhar”. Estão infiltradas na grandiosa arquitetura, nos jardins, nas indeléveis marcas que o tempo deixou em suas paredes e no próprio silêncio carregado de “souvenires da grande família de Sion”.

Valho-me das palavras de Maurice Halbwachs para traçar os territórios limítrofes entre a memória individual e a memória coletiva. As primeiras recordações que vêm à tona quando se refere às construções memoriais de um determinado grupo são “dos acontecimentos e das

experiências que concernem ao maior número de seus membros”. E, de alguma forma, “resultam quer de sua própria vida, quer de suas relações com grupos mais próximos”. Deve-se atentar ainda para o fato de os indivíduos pertencerem a um grupo e, portanto, a memória coletiva tira sua força e sua duração

do fato de ter por suporte um conjunto de homens [...]. Dessa massa de lembranças comuns, e que se apóiam uma sobre a outra, não são as mesmas que aparecerão com mais intensidade para cada um deles. Diríamos voluntariamente que *cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva*, que muda conforme o lugar que ali eu ocupo e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios. (HALBWACHS, 1990, p. 45-51; grifos meus)

Esta citação me aproxima de algumas recordações escritas pelas jovens, cujo traço é reviver/recolorir os tempos de peraltice e de responsabilidade, ainda que somente ligadas às atividades desempenhadas no ambiente escolar. Frequentemente, deixam relatos e descrições de tempos vividos, de instantes de prazer e honra.

O próprio tempo assina seu nome nas lembranças das “martinhas” singelas (jovens bolsistas, em geral, que não tinham recursos e vinham do interior do Estado ou dos arredores de São Paulo), das irmãs e das ex-alunas que carregam uma saudade enorme do momento que viveram protegidas e resguardadas pelos muros do Colégio. Sonhavam vidas tão diferentes entre si, como a simplicidade monástica do convento e o fausto dos grandes salões da elite paulistana ou de recitais e eventos culturais que exigiriam a “educação de sala”, onde, certamente, as “antigas” do Sion, como categoria elitizada, deveriam brilhar.

O velho relógio ao pé da escadaria testemunhou, solene, horas alegres e lágrimas sentidas. Seu tique-taque monótono “passado/presente/passado/presente” ditava o inexorável passar, o escorrer de instantes que, se um dia tiveram um significado, são eles o norte de minha busca.

Walter Benjamin (1993), fazendo uma leitura da obra de Proust, assinalou que o autor de *Un amour de Swan* não escreveu exatamente o que aconteceu, mas sim aqueles instantes que deságuam, involuntariamente, sobre a mente e que não sofrem a coerção de limites.

Enquanto a memória do lembrado é incontida, desliza solta ao sabor das críticas e dos cerceamentos de quem a tece – é involuntária –, o vivido é linear e traz consigo a idéia de ordenação das lembranças, de repressão,

compelindo uma reformulação do fato, inserindo-o no rol dos momentos reconstruídos, muito mais do que no dos restituídos à luz.

Relembrei e vivi, envolta em saudades, as recordações daqueles bons tempos que não voltam mais [...] Quantas recordações suaves e queridas da minha juventude confiante e crédula [...] repleta, talvez, de sentimentalismo [...] Naqueles tempos o cinema, os esportes, as praias ainda não nos haviam roubado o nosso romantismo, tão nosso, tão brasileiro [...] Teria inconvenientes, não o nego [...] mas fez de nossa mocidade um relicário de emoções encantadoras e de inolvidáveis recordações! [...] Recordação! que palavra tão boa de se dizer! Há nela um fogo que lavra, reanimando-nos o ser. Recordação! tanto dizes! que, às vezes, chego a supor que volto aos dias felizes de uma adolescência em flor. (JARDIM, 1929, p. 98)

O “relicário de emoções” descrito nas reminiscências das alunas demonstra que não só o tempo presente deveria ser vivido e guardado por sua importância, por seus ensinamentos, mas também as experiências apreendidas no Colégio deveriam sempre servir de guia, de foco de luz em momentos de aflições e no “torvelhinho da vida atual”. Os preceitos católicos estariam sedimentados, cumprindo “as mulheres com seu dever para toda a vida”. A “vida-missão” anunciada pela educação sionense creditava um papel primordial à mulher e, logo nos primeiros ensinamentos, consta que “no começo do ano letivo, deverá a Diretora comentar minuciosamente o Regulamento escolar, persuadindo as alunas de que este lhes fortifica a vontade, e delas fará, mais tarde, mulheres de dever. Nenhum serviço iguala-se ao de formá-las no dever para toda a vida” (RATISBONNE, 1912).

Com a função social de “formá-las no dever”, para que pudessem cumprir seus papéis, o ideário sionense pode ser visualizado nas falas de suas alunas.

Afinal, o que fazem as meninas de Sion? Perdem as suas tardes em salas de cinema, em jogos de *bridge* ou nos tão afamados *cockails parties*? Não – mesmo aquelas cuja situação social as obriga a viver em festas – se dedicam, por pouco que seja, ao sentido profundo do que hoje a todos empolga: a Ação Social Católica. (VIDAL, 1934, p. 146)

Nos seus estudos de *egodocuments*, Rudolf Dekker (1989) aponta os perigos que o historiador enfrenta ao lidar com memórias, autobiografias ou mesmo diários, mostrando que essas fontes, a serviço tanto da história

como de outras áreas de conhecimento, são extremamente personalizadas, temperamentais. São resultados de um monólogo, produto de uma introspecção de quem escreve, de uma visão particular de um indivíduo sobre um momento pretérito de sua vida. Esses *egodocuments* devem ser lidos sempre como informes parciais, referências prismáticas de verdades mais abrangentes, embora sempre de grande utilidade para se vislumbrarem as representações, os usos e os costumes da sociedade na qual estão inseridos. Há que se ter sempre em mente que o autor para escrever sobre um tema deve ter por ele um forte sentimento, seja de empatia, seja de antipatia, já que alguns escrevem para se reconciliarem com seu passado, exorcizar angústias antigas ou demonstrar aversão que sentem por suas personagens.

É esse cuidado de inventar e não mentir, de “traduzir, não trair”, que se deve ter ao lidar com fontes: cada sinal, índice, símbolo, foto, texto, ou até mesmo as listas de alunas premiadas por alcançarem notas máximas nos trabalhos escolares, chega até nós impregnados com os cheiros do passado, exalando o perfume que o tempo se encarrega de deixar nas folhas empoeiradas dos diários e cartas, prenhes de lembranças – “daqueles bons tempos que não voltam mais”.

Arroubos de moças casadouras que se entrincheiravam atrás dos muros do velho casarão da Avenida Higienópolis à espera das durações de um tempo que se encarregaria de gastar os tijolos do edifício, escurecer a imagem de Nossa Senhora de Sion, localizada no pátio central, tornando-a escura como uma brasileira daquelas que se viam excluídas do convívio com as *enfants de Sion*, mas que poderiam ser piedosamente acolhidas entre as “martinhas”: grafadas em letras minúsculas e lembradas no diminutivo.

Esse mesmo tempo encarrega-se de amenizar lembranças amargas, tornar mais doces ainda aquelas que um dia encheram de alegria as páginas do *Ecos de Sion*, publicação interna da instituição que teve somente vinte números (1929-1932) – que chegam até nós cheias de segredos escondidos nas entrelinhas inconfidentes de crônicas e de poesias menineiras. Ecos de um tempo que o tempo da lembrança se encarregou de “restaurar” e de “reconstruir”, deixando que as lágrimas se transformassem em risos, que a alegria dos recreios, tantas vezes cantada, desse um tom róseo aos sóbrios quartos, refeitórios e outras dependências do Colégio registradas nas fotografias.

As imagens que revelam e escondem os rostos femininos podem ser apreendidas a partir da perspectiva de que, para o historiador, “os sinais de vida latente, congelados numa fotografia são índices do mundo do passado

que se busca compreender e podem se transformar em testemunho e representação de uma realidade a ser reconstruída” (ARRIGUCCI JR., 1993, p. 11). Abro então caixas empoeiradas de fotografias do universo sionense para buscar pistas de memórias, de sinais que me remetam ao cotidiano das *enfants*. Salas imensas, corredores e carteiras escolares vazias, tudo parecia indicar ausência de qualquer tipo de “desordem do concreto”.

Os estudos de Foucault expressam uma possibilidade de interpretação, baseada na construção do Panóptico de Bentham: “é visto, mas não vê; objeto de uma informação, mas nunca sujeito de uma comunicação”. Ou ainda, para explicitar melhor a função desse elemento que pode ser utilizado como “máquina de fazer experiências, modificar o comportamento, treinar ou retrainar os indivíduos” (FOUCAULT, 2005, p. 177-180) a ver o que não pode ser visto. O material fotográfico do Colégio projeta sempre uma imagem ordeira e suntuosa da vida intramuros, embora se tenha certeza que nem sempre era essa a realidade vivida pelas meninas na escola.

De acordo com a análise feita por Jean-Paul Curnier, essas fotografias poderiam ser compreendidas como um “modo de parar o tempo”, sujeitando as memórias a um vestígio real de uma experiência singular, mas que poderia servir de chave para qualquer aluna, pois o referencial era parte de uma memória coletiva. A documentação visual direciona para uma determinada memória virtual, uma lembrança inventada, porque ela “sustenta em nós aquela impressão esquisita de familiaridade com o desconhecido. Por isso, cada fotografia, uma vez que compõe parte de nossa memória, é também, como parte, uma lembrança pessoal” (CURNIER, 1994, p. 104-105; DUBOIS, 1994).

Abre-se uma possível interpretação do conjunto fotográfico sionense: a idéia de temporalidades, de inculcar/plasmar memórias coletivas com base em imagens congeladas e sem referências pessoais explícitas. Desse modo, os retratos assinalavam uma parte essencial dos projetos implantados pela instituição: assegurar a sobrevivência, no imaginário de cada uma e de todas, de um “dever ser” contido nos ensinamentos.

Patrick Hutton elucida um outro aspecto importante da reconstrução de experiências de vida a partir das lembranças pessoais. Houve um tempo em que a arte mnemotécnica consistia em ligar acontecimentos que se “desejava recordar a imagens que fossem de tal modo visualmente impactantes ou emocionalmente evocativas que pudessem ser lembradas de imediato”. Tinha-se uma idéia de memória iluminada. Modernamente, a recordação passou a ser compreendida a partir de sua natureza construtiva. “Seleciona-se imagens do passado em virtude do que se julga

importante do ponto de observação presente, para então entrelaçá-las tendenciosamente numa elaboração narrativa do processo de vida” (HUTTON, 1987, p. 27-43). E, nesse sentido, as lembranças são pontos de referência, prisioneiras de uma determinada percepção da vida, resultado de um lugar de onde se fala.

Valendo-se dos estudos freudianos – especialmente sobre a questão da memória encobridora –, essa vertente proposta por Hutton aborda um lado pouco trabalhado pelos historiadores: o inconsciente, que enuncia a idéia de que os homens procuram esquecer, ao invés de lembrar: “é mais fácil viver protegido por um escudo de fantasias sobre os fatos de nossas vidas do que com a realidade”. Essa visão, em muito, lembrou-me das passagens em que as “meninas de Sion” voltavam ao “acolhedor teto” do colégio para “esquecer o tumulto da vida de tantas responsabilidades e intempéries [...], como assumir as tarefas de casa, as rédeas da criação dos filhos, além de estar sempre atenta às necessidades das pessoas mais necessitadas”, como relatou Lavínia Camargo, em depoimento concedido em abril de 1995.

A memória também persistia no jornal *Ecos de Sion*, imprimindo as palavras que ficavam reverberando nas experiências da vida adulta, vigiando as *enfants* para torná-las “senhoras funcionalmente distintas”. A vida cotidiana fora da segurança do Colégio é freqüentemente anunciada nas reminiscências, como aquela em que ex-alunas já formadas relembram uma excursão ao sítio de repouso da Congregação, em janeiro de 1942:

Bem se percebia que suas vinte e oito passageiras esqueciam, por um dia ao menos, os cabelos grisalhos, os vincos com que as preocupações da vida lhes marcaram a fronte e, por algumas horas, revestiam de sua “caçulinha” ou quem sabe mesmo, da netinha mais velha. (BOTELHO, 1942, p. 10-11)

A lembrança atinge outros sentidos: o olfato desencadeia um lembrar de missas, quando o incenso elevava “os corações ao alto” ao som de *tantun ergun sacramentun*; lembra ainda os passeios feitos a Atibaia ou a Petrópolis, o cheiro da comida enfeitando os solenes refeitórios onde a *soeur* leitora, monotonamente, recitava uma edificante vida de santo ou passagem bíblica; lembra o chocolate quente nas manhãs de inverno, o cheiro dos corpos jovens, a “martinha” ajoelhada limpando os imensos corredores da memória, substituindo os odores da vida pelos do “sagrado” higienizado; lembra as velas acesas que tentavam iluminar os caminhos para os céus para aquelas que teimavam em viver na terra. “Momentos que ficarão

perfumando o resto da vida, indiferentes ao desmoronar de todos os outros sonhos” (*Ecos de Sion*, n. 15, julho de 1936, p. 14). Essas recordações não são simplesmente partes integrantes de um passado, mas comportam “símbolos da família, dos laços de descendência, que podem ser transmitidos como bens que contem uma história”. Os valores e as virtudes apreendidas na formação sionense foram constantemente evocados nas lembranças: Sion é a representação ideal de família, da família do espírito,

aquela cujos liames, por mais sutis, não deixam por isso de ser menos profundos e correspondentes a um sentimento mais arraigado e mais contentemente nosso [...] É mais que um laço de sangue, a explicar tendências similares e mais ou menos niveladoras. É o ambiente que ultrapassa as aspirações do indivíduo e em que encontram clima os anseios da personalidade, na diferenciadora capacidade de ascensão e na possibilidade de ser cada vez mais, num sentido de nobreza e de suprema dignidade humana. (GONÇALVES, 1929, p. 151)

Nessa proposta de estruturar uma família, o papel singular e paradigmático da Mãe é representado por *Notre Mère*:

[Quando] tocava a sineta de oito horas, entrávamos para as classes, e, feita a oração, ouvíamos o seu passo surdo e pesado, nas galerias. Vinha em cada classe, tomava conhecimento das notas diárias de procedimento e de aplicação. Depois, uma palavra enérgica de advertência às cabecinhas turbulentas, que andavam fora da lei; lindas palavras de animação às que trilhavam o caminho do dever. A *mère*, para nós, era uma força eterna. (BICALHO, 1929, p. 50)

No âmbito da constituição da cidadania, a vigilância também aparecia com frequência. Consoante Dória, para ser um “bom cidadão” era fundamental estar atento às leis, às regras organizadoras da sociedade. Por isso, a escola, considerada uma “espécie de república em miniatura”, devia instruir seus alunos para que, “ao deixarem aquela, encontrassem, na vida pública, uma ampliação daquilo a que se habituaram”, “um pequeno grande mundo” que deveria ser assim como um ensaio geral para se introduzirem – as moças – no mundo real e desprotegido da sociedade, onde deveriam viver aplicando, na vida cotidiana, os ensinamentos recebidos.

SHAPING ROLES AND FEMININE IDENTITIES: FAMILY, SCHOOL AND MEMORIES, 1920-1940

ABSTRACT: To follow for a trail on the feminine catholic universe (between 1920/40 decades) is the objective of this article, which discloses the representations of

Vanessa Ribeiro Simon Cavalcant: Construção de papéis e de identidades femininas:...

memories and egodocuments about women. The analysis of confessional education institution provides shades of the daily life and the identity constructed socially, showing the fulfillment of functional papers and models to be followed as example of family, values and qualification.

KEY WORDS: History, memory, women, family.

REFERÊNCIAS

- A MENSAGEIRA. A nossa condição. São Paulo, n. 4, p. 49, 30/11/1897.
- ARRIGUCCI JÚNIOR, Davi. Prefácio. In: LEITE, Miriam Moreira. *Retratos de família*. São Paulo: Edusp, 1993.
- AZEVEDO, Fernando (Org.). A reconstrução educacional do Brasil: ao povo e ao governo. *Manifesto dos pioneiros da educação*. Rio de Janeiro, 1932.
- BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- BICALHO, Madalena Lacerda. Notre Mere Angelina. *Reminiscências*. São Paulo, 1929. p. 50. v. 1. Manuscrito.
- BOTELHO, Anita de A. As ex-alunas em Atibaia. *Ecos de Sion*, n. 28, p. 10-11 jan. 1942.
- CELSE, Maria Eugenia. Memorial. *Reminiscências*. São Paulo, 1929. v. 2. Manuscrito.
- CURNIER, Jean-Paul. Memória de ruínas. *Imagens*, Campinas: Editora Unicamp, n. 3, dez. 1994.
- DEKKER, Rudolf M. Ego-documents in the Netherlands 1500-1814. *Dutch Crossing: a Journal of Low Countries Studies*, n. 39, 1989.
- DIAS, Maria Odila Leite. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- DÓRIA, A. de Sampaio. *O que o cidadão deve saber*. São Paulo, 1919.
- DUBOIS, Philippe. *O ato fotográfico e outros ensaios*. Campinas: Papirus, 1994.
- DUBY, Georges. *A vida continua*. Rio de Janeiro: Zahar/Editora UFRJ, 2003.
- FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. *A memória social: novas perspectivas sobre o passado*. Lisboa: Teorema, 1994.
- FINLEY, Moses I. *Uso e abuso da história*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- GONÇALVES, Suzana. Fidelidade. *Reminiscências*, São Paulo, 1929. v. 2. Manuscrito.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

- HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- HUTTON, Patrick. The art of memory. *Journal of the History of Ideas*, v. 68, n. 3, jul./sep. 1987.
- JARDIM, Maria da Conceição. O Colégio Sion na capital de S. Paulo. *Reminiscências*, São Paulo, 1929. v. 1.
- LE GOFF, Jacques. Memória. *Enciclopédia Einaudi*. 1. Memória - História. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.
- MALUF, Marina. *Ruídos da memória*. São Paulo: Siciliano, 1995.
- MARIAS AGUILERA, Julian. Una vida presente. *Memórias*, I. Madrid: Alianza Editorial, 1988.
- MONDÉSERT, Claude. *As religiosas de Nossa Senhora de Sion*. São Paulo, 1956. Manuscrito – Arquivo do Colégio Sion de São Paulo.
- NAGLE, Jorge. A educação na primeira república. In: HOLANDA, Sergio Buarque de. *História geral da civilização brasileira*. t. III, São Paulo: Difel, 1988.
- _____. *Educação e sociedade na primeira república*. São Paulo: EPU, 1976.
- NATUZZI, J. Monsenhor Macedo Costa. *Reminiscências*. São Paulo, 1929. v. 1. Manuscrito.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo: PUC-SP, n. 10, dez. 1993.
- PERROT, Michelle. Entrevista. *Projeto História*, n. 10, p. 3-16, dez. 1993.
- RAMOS, Vitória Helena de C. Relembrando. *Reminiscências*, São Paulo, 1929. v. 2. Manuscrito.
- RATISBONNE, Pe. Teodoro. *Cartas pessoais*. São Paulo, 1912. Manuscritos – Arquivo do Colégio Sion de São Paulo.
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2002.
- TRINDADE, Etelvina. Clotildes ou Marias: mulheres de Curitiba na Primeira República. *História: questões e debates*. Curitiba: APAH, jul./dez., 1990.
- VIDAL, Mena Figueiredo. Que fazem as meninas de Sion? *Ecos de Sion*, n. 6, p. 146, abr. 1934.
- VIEIRA, Benedita. *Caderno de poesias*. São Paulo, 1942. Manuscrito.